

PRETÔGONISMOS URBANOS:

oralidade operária como documento e produção espacial

EIXO TEMÁTICO 03: Representações, Memória e Preservação do Urbano

CARDOSO, Apollo Gustavo Silva

Arquiteto e Urbanista; Mestrando em Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFBA); Universidade Federal da Bahia.
apollogustavo22@gmail.com

RESUMO

A historiografia urbana brasileira tradicionalmente invisibiliza a massa de trabalhadores da construção civil, atribuindo o protagonismo da produção do espaço apenas a projetistas e agentes públicos. Este artigo propõe o deslocamento dessa narrativa hegemônica por meio da formulação do conceito de “pretôgonismos urbanos”, que reivindica a autoria e o trabalho intelectual de operários negros historicamente apagados. Utilizando o município de Serra do Salitre (MG) como âncora empírica e o cinema documental como dispositivo metodológico e tecnológico de escuta, a pesquisa analisa as trajetórias de construtores para desvendar as tensões territoriais da cidade. Isso inclui a denúncia dos conflitos de expansão urbana e institucional sobre o território quilombola local. A oralidade operária é alçada à categoria de documento vivo, evidenciando como o racismo estrutural e o capitalismo operam na materialização excludente do território. Conclui-se que o reconhecimento daqueles que efetivamente erguem a infraestrutura cidadã transcende a inclusão em arquivos, consistindo em uma virada epistemológica profunda. Assim, o trabalhador braçal deixa a condição de objeto invisível para assumir-se como sujeito central produtor do espaço e da memória urbana.

Palavras-chave: pretôgonismos urbanos; memória urbana; trabalhadores da construção civil; cinema documental; racismo estrutural.

PENSAR FORA DO EIXO

ABSTRACT

Traditional Brazilian urban historiography has systematically invisibilized the mass of civil construction workers, attributing the protagonism of space production solely to designers and public agents. This article proposes a shift in this hegemonic narrative through the formulation of the concept of “urban black protagonisms” (pretôgonismos urbanos), which reclaims the authorship and intellectual labor of historically erased black workers. Using the municipality of Serra do Salitre (MG) as an empirical anchor and documentary cinema as a methodological and technological listening device, the research analyzes the trajectories of builders to uncover the city's territorial tensions. This includes denouncing conflicts of urban and institutional expansion over the local quilombola territory. Workers' oral history is elevated to the category of a living document, demonstrating how structural racism and capitalism operate in the exclusionary materialization of the territory. The study concludes that recognizing those who physically build the city's infrastructure transcends mere archival inclusion, constituting a profound epistemological turn. Thus, manual laborers leave the condition of invisible objects to assume their role as central producing subjects of space and urban memory.

Keywords: urban black protagonisms; urban memory; civil construction workers; documentary cinema; structural racism.

RESUMEN

La historiografía urbana brasileña tradicionalmente invisibiliza a la masa de trabajadores de la construcción civil, atribuyendo el protagonismo de la producción del espacio únicamente a proyectistas y agentes públicos. Este artículo propone desplazar esta narrativa hegemónica mediante la formulación del concepto de “protagonismos negros urbanos” (pretôgonismos urbanos), que reivindica la autoría y el trabajo intelectual de obreros negros históricamente borrados. Utilizando el municipio de Serra do Salitre (MG) como anclaje empírico y el cine documental como dispositivo metodológico y tecnológico de escucha, la investigación analiza las trayectorias de los constructores para desentrañar las tensiones territoriales de la ciudad. Esto incluye la denuncia de los conflictos de expansión urbana e institucional sobre el territorio quilombola local. La oralidad obrera se eleva a la categoría de documento vivo, evidenciando cómo el racismo estructural y el capitalismo operan en la materialización excluyente del territorio. Se concluye que el reconocimiento de quienes efectivamente levantan la infraestructura de la ciudad trasciende la inclusión en archivos, consistiendo en un giro epistemológico profundo. Así, el trabajador manual deja la condición de objeto invisible para asumirse como sujeto central productor del espacio y de la memoria urbana.

Palabras clave: protagonismos negros urbanos; memoria urbana; trabajadores de la construcción civil; cine documental; racismo estructural.

INTRODUÇÃO

A historiografia urbana brasileira tradicional consolidou uma narrativa muito específica sobre quem são os verdadeiros artífices das cidades. Nos registros oficiais, arquivos públicos e placas inaugurais, o protagonismo do espaço urbano é invariavelmente atribuído a arquitetos, engenheiros, planejadores, vereadores e prefeitos (além de outros cargos públicos). No entanto, essa mesma construção discursiva opera por silenciamento ao fazer desaparecer, sob as fundações da história oficial, a massa de trabalhadores da construção civil (mestres de obra, pedreiros e operários) que cotidianamente materializa o espaço. Essa assimetria evidencia que a cidade é um campo de disputas por memória, identidade e pertencimento: quem é reconhecido como sujeito da cidade define também quem tem o direito de narrá-la, revelando a história urbana como produtora de hierarquias sociais e simbólicas.

Essa exclusão não se limita apenas ao campo das narrativas, constituindo-se diretamente no território. Como demonstram autoras do urbanismo crítico, a exemplo de Ermínia Maricato (2001) e Raquel Rolnik (1997), o planejamento e a legislação urbanística historicamente operaram não de forma neutra, mas como instrumentos ativos de marginalização. Rolnik destrincha exatamente como a legislação urbanística (zoneamento, códigos de obras e outras leis) não é neutra, servindo como uma verdadeira “máquina de exclusão” que divide o território entre a cidade legal (burguesa) e a cidade ilegal (onde a população negra e pobre é empurrada para a autoconstrução). Em paralelo, Maricato denuncia a profunda segregação socioespacial brasileira e demonstra como o Estado e o planejamento urbano oficial atuam para valorizar as áreas ricas enquanto negam infraestrutura básica e direitos fundiários às periferias.

Nessa perspectiva, o pensamento de Lélia Gonzalez (2020) permite compreender que esse projeto excludente encontra raízes na própria formação cultural e espacial brasileira, que possui uma fundação negra inegável, porém sistematicamente negada pela narrativa hegemônica branca. A autora alimenta diretamente seu conceito psicanalítico de neurose cultural brasileira, ao mencionar que “[...] se a gente detém o olhar em determinados aspectos da chamada cultura brasileira a gente saca que em suas manifestações mais ou menos conscientes ela oculta, revelando, as marcas da africanidade que a constituem” (Gonzalez, 2020, p. 69).

Consequentemente, as cidades contemporâneas encenam profundas relações de dominação de classe, raça e gênero. Defende Laís Grossi de Oliveira (2016) que

PENSAR FORA DO EIXO

A cidade é produto de uma realidade em que se performam relações de dominação como aquelas entre classe, raça e gênero. As cidades contemporâneas, portanto, não poderiam ter outra configuração que não desigual, fragmentada e segregada. Trata-se de espaços em que os mais pobres, em sua maioria negros, são expulsos dos centros, para periferias carentes de infraestruturas e serviços. Enquanto isso, os mais ricos se auto-segregam protegidos por seus aparatos de segurança (Grossi de Oliveira, 2016, p. 8).

Para pensar fora do eixo desse urbanismo hegemônico, este artigo dialoga com Lélia Gonzalez (2020) acerca do apagamento da fundação cultural e predominante negra brasileira e propõe um deslocamento do olhar: da abstração do planejamento institucional para a execução material do espaço, analisando a cidade (infraestrutural e cultural) a partir das mãos que efetivamente a constroem.

Toma-se o município mineiro de Serra do Salitre como ponto de ancoragem empírica, entendendo que suas dinâmicas refletem um padrão nacional. Nos canais institucionais locais, a fundação da cidade é creditada exclusivamente ao Capitão Luiz Manoel, um sujeito branco. Ocorre, assim, uma completa supressão da presença prévia de famílias negras e de um território quilombola reconhecido na região. Essa dinâmica configura uma repetição, em escala municipal, do mito do “descobrimento” do Brasil, que sistematicamente nega a presença anterior e mascara processos violentos de invasão. A cidade surge aqui, portanto, como um *locus* de resistência, onde narrativas oficiais são tensionadas por memórias subterrâneas.

Esse mecanismo de apagamento se infiltra também nas formas como se narra (ou se deixa de narrar) a própria produção material do país. Aquilo que se celebra como patrimônio, progresso ou desenvolvimento urbano frequentemente dissocia-se dos corpos e saberes que o tornaram possível. É nesse deslocamento que a deslegitimação ganha contornos ainda mais concretos. Ao mesmo tempo em que se invisibiliza a africanidade como fundamento da cultura brasileira, apagam-se também os sujeitos que, com suas técnicas, experiências, conhecimentos e práticas, erguem cidades, infraestruturas e territórios (na sua dimensão física). Dessa forma, compreender o apagamento no plano geral da cultura é também abrir caminho para uma análise mais situada e específica. É sob essa perspectiva que se torna fundamental deslocar o olhar para os construtores civis, em especial os trabalhadores negros, investigando como seus saberes e contribuições foram historicamente desconsiderados, silenciados ou apropriados sem o devido reconhecimento.

Essa pesquisa se assemelha muito aos feitos de Gabriela Leandro Pereira e sua irmã, Mariana Leandro Pereira, que resgataram as memórias de seus avôs, também construtores civis, cujo trabalho foi de extrema importância e referência para a elaboração do Trabalho de Conclusão de

PENSAR FORA DO EIXO

Curso (TCC) do autor. As artistas ativaram uma provocação do tema da invisibilidade dos construtores no debate, na história, na memória e na curadoria de arquitetura e urbanismo com uma instalação na 13ª Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo, onde mobilizaram documentos, fotografias, áudios, recibos, plantas e projetos que deram forma a um livro-objeto de seus avôs. Em um de seus escritos, Gabriela Pereira (2022) destaca que “a cidade, sem saber ou perceber, registra e guarda o empenho do meu avô na transformação da pedra em peças que integram edifícios, monumentos, sepulturas, escadarias e conchas” (Pereira, 2022, p. 54).

Seguindo essa premissa e adequando-se ao contexto empírico desta pesquisa, para investigar esse apagamento no canteiro de obras e propor novas formas de leitura da cidade, a metodologia deste trabalho estrutura-se a partir de dois documentários produzidos pelo autor, que operam como dispositivos de escuta atenta. O primeiro, “o (preto)gonismo urbano do meu avô” (2025), foi defendido como produto de TCC em graduação em Arquitetura e Urbanismo. O segundo, “Arcabouços: a outra mão” (2025), lançado seis meses após o primeiro e financiado com recursos da Lei Paulo Gustavo, expande a construção discursiva dos construtores por meio de seis olhares singulares sobre seus postos de trabalho. Ambos utilizam a oralidade como ferramenta central de legitimação, tensionando o apagamento histórico e devolvendo a voz a esses sujeitos fundamentais para a história urbana.

É imperativo situar que o recorte racial proposto por este artigo não ignora a presença massiva, e por vezes majoritária, de trabalhadores brancos nos canteiros de obras ao longo da história do município. A urgência de se adentrar nessa seara racial e debater a cidade sob a ótica do pretôgonismo nasce, contudo, de uma assimetria monumental e institucional. Ao observar a toponímia de Serra do Salitre, a nomeação de suas praças, logradouros e seus edifícios públicos, constata-se que o bronze das homenagens oficiais é reservado de forma quase absoluta à branquitude, restando à população negra um espaço exíguo e a interdição da memória cívica. Soma-se a isso a necessidade de compreender a própria dinâmica histórica da mão de obra negra. No arranjo social excludente do país, esses sujeitos foram por muito tempo confinados ao trabalho rural. A migração das frentes de serviço da roça para os canteiros urbanos não estabelece qualquer hierarquia de valor ou dignidade entre os ofícios, mas escancara a limitação estrutural das oportunidades oferecidas. A construção civil despontou como uma das poucas rotas de absorção urbana permitidas a essa força de trabalho. Discutir o protagonismo negro nesse setor específico é, portanto, questionar a perversidade de um sistema que autoriza e necessita desses corpos para

erguer as fundações do município, mas os apaga sistematicamente da historiografia oficial do desenvolvimento urbano.

1 INVISIBILIDADE NA NARRATIVA URBANA

Compreender o espaço urbano exige reconhecer sua natureza conflituosa, aspecto que norteou a pesquisa de mestrado em desenvolvimento no ano de 2026. O espaço não é apenas um cenário passivo, mas um agente ativo na reprodução das relações sociais. Retomando Grossi de Oliveira (2016), baseando-se em Lefebvre (2006), a centralidade do território fundamenta-se em seu papel como produto e produtor dessas relações. Se, por um lado, o espaço atua na manutenção do modo de produção capitalista e na reprodução de assimetrias estruturais de raça e gênero, por outro, levanta-se um questionamento central: não seria possível o seu uso subversivo?

Nesse ponto, torna-se fundamental tensionar a própria compreensão do capitalismo como um sistema supostamente neutro, uma vez que, como argumenta Cedric J. Robinson (2000), o capitalismo se constitui historicamente como um capitalismo racial. Isto é, não se trata de um sistema que posteriormente incorporou o racismo, mas que desde sua gênese organiza a exploração do trabalho a partir de hierarquias raciais, operando a racialização da força de trabalho como tecnologia de barateamento e intensificação da exploração. Nesse sentido, as mãos que constroem as cidades não são apenas força de trabalho abstrata, mas corpos racializados cuja inserção nas dinâmicas produtivas se dá sob condições historicamente desiguais, o que ajuda a explicar a permanência de trabalhadores negros nos segmentos mais penosos e invisibilizados da construção civil.

O território está em constante tensionamento entre aqueles que detêm o poder de legitimar narrativas e os que demandam reconhecimento. Essa perspectiva dialoga intimamente com o entendimento de Milton Santos (2007) sobre a produção do espaço, bem como com as reflexões de Abdias do Nascimento (2016) e Lélia Gonzalez (2020) acerca da indissociabilidade entre raça e estrutura social na geografia brasileira.

Nesse contexto, a invisibilidade dos construtores negros não é um detalhe ao acaso ou um esquecimento passivo, mas um projeto ativo de silenciamento. Na perspectiva de Sueli Carneiro (2023) e de Boaventura de Sousa Santos (2021), esse processo configura-se como epistemicídio, ou seja, o assassinato sistemático do conhecimento e da memória das populações marginais. No meio acadêmico, o corpo negro na cidade costuma ser analisado quase que estritamente sob a

ótica da precariedade, da favelização ou da criminalização, raramente sendo alçado ao posto de construtor intelectual e material da infraestrutura urbana. Defende-se, portanto, que o trabalhador negro não é apenas força de trabalho braçal, mas um sujeito político que inscreve sua presença e sua memória no espaço.

1.1 Procedimentos metodológicos e documentarais

A trajetória do pedreiro Bernardo José da Silva, avô materno e figura que motivou a produção do primeiro produto audiovisual do autor (2025), atua como o fio condutor que materializa essa discussão teórica. A vivência desse trabalhador da Prefeitura Municipal tensiona a história oficial de Serra do Salitre, permitindo a ressignificação do patrimônio urbano a partir da perspectiva de quem efetivamente executou a obra, e não apenas de quem a projetou em gabinetes. A máquina pública opera no território por meio de seus trabalhadores de base, e a história desse operário documenta a experiência urbana nas bordas da institucionalidade. Sua atuação revela como o planejamento oficial é frequentemente traduzido, alterado e reconfigurado na escala real do canteiro de obras, a partir das práticas e dos saberes operários. Acerca disso, Gabriela e Mariana Pereira (2023) vêm dizer que “a cadeia produtiva da construção civil traz consigo o rastro das violências históricas e estruturais inscritas e incorporadas no cerne da cultura escravista e capitalista. Os canteiros de obra reproduzem hierarquias, ao mesmo tempo em que não se encerram nelas” (Pereira; Pereira, 2023, p. 39).

A cidade, dessa forma, é constantemente reinterpretada por quem a constrói. Ancorado nessa necessidade de registro e escuta, o documentário “Arcabouços: a outra mão” (figura 1) ganha contornos de comoção local e amplia o debate. A obra convida o espectador a sentir o pulso de uma história contada por quem a viveu, dividindo-se em seis monólogos essenciais (aqui deliberadamente chamados de ‘olhares’, permitindo que a história urbana seja narrada sob a perspectiva desses construtores), denominados: o enquadramento (ótica de Geraldo Rafael), o contrapiso (José Eustáquio), a fachada viva (João Batista), o lastro (Darci), o dreno (Adão) e a junta (Esdras Marcelino). Por meio desses recortes, emergem histórias que transitam por jornadas de dedicação e superação, revelando esquemas de exploração e resiliência, além de exporem o orgulho profissional, a paixão pelo urbano e o trabalho árduo nas entranhas da cidade. Esses relatos formam um mosaico humano inestimável que desloca o olhar sobre o trabalho urbano, permitindo reconhecer, de forma definitiva, esses sujeitos como agentes centrais na produção da cidade.

PENSAR FORA DO EIXO

Figura 1. Capa de divulgação do documentário “Arcabouços: a outra mão”, com construtores atuais ao fundo



Fonte: Autor, 2025.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, a escolha pelo documentário como dispositivo central de investigação não se limita à sua dimensão estética ou narrativa, mas o posiciona como uma ferramenta epistemológica capaz de elasticizar os modos tradicionais de produção do conhecimento no campo do urbanismo. Nesse sentido, adota-se a compreensão do filme “como um espaço de reconfiguração de significados e experiências das identidades de grupos sociais” (Tomaim, 2019, p. 122), permitindo que as narrativas dos construtores ultrapassem a condição de registro e se afirmem como produção ativa de sentido sobre a cidade.

A definição dos interlocutores seguiu uma lógica relacional e territorial, fundamentada tanto no reconhecimento comunitário quanto na dinâmica própria do campo. Inicialmente, buscou-se identificar construtores considerados referências locais, a partir de consultas informais à população do município, que indicavam nomes de pedreiros e mestres de obra notáveis pela relevância de suas trajetórias. A partir dessas primeiras entrevistas, o processo de seleção passou a operar também por encadeamento, em que os próprios participantes indicavam outros trabalhadores significativos, configurando uma rede de reconhecimento baseada na memória coletiva e na experiência compartilhada do trabalho na construção civil. Tal procedimento permitiu acessar não

PENSAR FORA DO EIXO

apenas indivíduos isolados, mas um conjunto articulado de narrativas que, em sua multiplicidade, contribuem para a compreensão ampliada desses pretônismos urbanos.

A materialidade desse trabalho braçal, no entanto, não se restringe apenas à oralidade captada; ela esculpe a própria estrutura estética e sensorial do filme. A abertura de cada um desses seis olhares é anunciada por uma paisagem sonora inconfundível e hostil: o zumbido agudo da maquina, o impacto seco do martelo, a vibração brutal da quebradeira e o atrito metálico da serralheira. Longe de operarem como meros efeitos sonoros de transição, esses ruídos funcionam como a sintaxe da obra. A cada golpe de ferramenta, a cada martelada que ecoa na tela, uma letra surge graficamente, forjando visualmente o título do capítulo (como, por exemplo, revelando “o l h a r 1”). Essa escolha de montagem transcende o recurso visual e se converte em um manifesto teórico afiado: a narrativa e o letramento desses sujeitos não são escritos com a leveza e o privilégio de uma caneta sobre o papel no silêncio de um escritório de arquitetura, mas cravados com a força do aço, da poeira e do concreto. É o ritmo implacável do canteiro de obras ditando o tempo da história, demonstrando que o registro da memória urbana se constrói, letra por letra, através da sonoridade da ferramenta e do esforço físico do trabalhador.

Para aprofundar e traduzir cenicamente essa tensa relação entre a humanidade do operário e a desumanização imposta pelo processo de urbanização capitalista, a tessitura narrativa do documentário utiliza como âncora a obra “Construção” (1971), de Chico Buarque. A escolha recai, primordialmente, sobre os versos que justapõem o afeto e a mecanização dos corpos: “Amou daquela vez como se fosse a última; Beijou sua mulher como se fosse a última; E cada filho seu como se fosse o único; E atravessou a rua com seu passo tímido; Subiu a construção como se fosse máquina; Ergueu no patamar quatro paredes sólidas” (CONSTRUÇÃO, 1971).

O recurso audiovisual empregado no filme opera uma fratura intencional nessa poética literária. Exatamente após a vocalização da força de trabalho erguendo as paredes sólidas, a voz do cantor é abruptamente silenciada, restando apenas a marcação instrumental rítmica: o compasso duro, repetitivo e incessante da música. Essa interrupção abrupta da letra atua como uma abstração teórica sobre o silenciamento estrutural. A metrificação instrumental que continua a tocar sozinha representa a engrenagem irrefreável do planejamento urbano e da máquina pública, que segue seu curso produtivo implacável ao passo que a subjetividade, a voz e a identidade do trabalhador (aqui metamorfoseado em máquina) são suprimidas. Apenas ao final da obra cinematográfica a canção

PENSAR FORA DO EIXO

é retomada em sua completude, como um gesto simbólico de devolução da construção discursiva àqueles a quem ela sempre pertenceu.

Quando a barreira desse silêncio instrumental é rompida pelas oralidades de Batista, Geraldo, Adão, José Eustáquio, Esdras e Darci, o que emerge é uma cartografia brutal e fascinante da produção do espaço, compreendendo a cartografia não apenas como a ciência de elaborar mapas físicos, mas como um instrumento em que as histórias narradas desenham um mapa da cidade forjado em memórias, e não em linhas no papel. O mito de uma modernização urbana pacífica desmorona diante da memória corporal de José Eustáquio, que desnuda a continuidade das violências coloniais no mercado de trabalho ao constatar: “A gente não pensava aquilo, porque não tinha outro serviço, assim, que não era escravidão. Mas é tipo escravidão” (Arcabouços, 2025, 41s). Essa constatação empírica de Eustáquio sintetiza a base teórica de Clóvis Moura (1977) sobre a superexploração do trabalhador negro, inscrevendo-se na brutalidade imposta aos corpos, que se tornam o verdadeiro território onde a cidade é talhada. As entranhas da infraestrutura cobram um preço físico imensurável. Como o próprio Eustáquio relata ao descrever a ausência de tecnologias a favor do operário: “Furar valeta... tudo era manual, que não tinha máquina, é... trem de quebrar pedra na marreta, era tudo, assim, de serviço nosso, era esse, as pontes... entrava com água dentro do peito” (Arcabouços, 2025, 23min 50s).

A cidade é, literalmente, erguida sobre a fratura desses sujeitos. O peso do urbanismo hegemônico recai sobre as colunas vertebrais de trabalhadores como Batista, que sentencia: “Esse problema da coluna foi... o peso a gente sempre pega né, porque um meio-fio pesa 50 kg. Complicado!” (Arcabouços, 2025, 29min 51s). A hostilidade material do progresso é também narrada por Adão, em seu embate físico com as fundações: “E tinha vezes com vergalhão, que estava a torcer... se eu estivesse torcendo, aquela volta que eu tava torcendo, voltava na cabeça da gente. E era daquele grossão ainda. E é pesado.” (Arcabouços, 2025, 52min 01s). A despeito dessa coreografia da precariedade, os relatos recusam a redução do trabalhador à condição de mera vítima da urbe. Há uma reivindicação ativa de autoria e conhecimento técnico que o planejamento de prancheta ignora. Quando o arquivo público falha ou é inexistente, é o corpo do operário que se converte no documento oficial do município. A fala de Geraldo Rafael é um atestado de poder sobre o território: “E até hoje tem pessoas que me procuram, mesmo depois de 30 anos aí, alguns mais que foram feitas pela minha mão que não ficou o mapeamento feito na cidade dessas redes de esgoto” (Arcabouços, 2025, 6min 20s). Geraldo não apenas construiu a infraestrutura sanitária de Serra do Salitre, mas é também a própria planta topográfica viva da cidade. Da mesma forma, Esdras

PENSAR FORA DO EIXO

Marcelino posiciona-se como a testemunha ocular e métrica da expansão urbana, demarcando o avanço do capital no espaço: “De 74 para cá, eu vi nossa cidade crescer [...] do centro para cá, ali daquelas obras ali, daqueles lotes do DNIT para cá aonde é a lotérica hoje, eu vi crescer. Quando eu cheguei em Serra do Salitre, só existia um posto, um posto de gasolina” (Arcabouços, 2025, 58min 26s).

No entanto, ser o guardião dessa materialidade não blinda esses trabalhadores contra a hierarquização social imposta pela branquitude institucionalizada. Esdras, refletindo sobre o trabalho de manutenção, escancara a marginalização sistêmica de quem limpa as artérias do município: “É, o povo de limpeza só recebe crítica porque muita gente considera que a gente que está em limpeza assim, é os mais baixos” (Arcabouços, 2025, 59s). Essa estrutura engessada também se manifesta na divisão sexual do trabalho no canteiro, uma observação perspicaz trazida por Darci, que evidencia a segregação de gênero operada pelo Estado na base da pirâmide construtiva: “Sempre na prefeitura, sempre os auxiliares são do sexo masculino. [...] Assim, mulher a gente nunca trabalhou, não” (Arcabouços, 2025, 45min 45s).

O ápice dessa insurgência narrativa reside na consciência de agência que esses homens mantêm frente às suas próprias trajetórias. Mesmo imersos na engrenagem que os esgota, eles ressignificam o fardo e reivindicam a vitória da autoria. “É... o que englobar a profissão a gente gosta de tudo, né?” (Arcabouços, 2025, 12s) reflete Batista, “porque você vê, um exemplo, pegar um projeto, começar uma obra de baixo até você terminar ela, pra gente é uma vitória, né?” (Arcabouços, 2025, 16s). Esse sentido de apropriação e afeto pelo ofício reverbera na fala simples e afirmativa de Adão: “Gostava. Gostava de trabalhar, ainda gosto de trabalhar” (Arcabouços, 2025, 34s) e no orgulho ético de Darci: “Mas é, serviço de pedreiro é engraçado, [...], tem serviço melhor de fazer, tem um serviço que é mais dificultoso, mas a gente está sempre ali fazendo o melhor, não é?” (Arcabouços, 2025, 44min e 38s).

As falas desses construtores exigem uma ruptura imediata com o silenciamento, convocando a academia e a historiografia a agirem no tempo presente. A reivindicação do conceito de pretôgonismos encontra seu sentido de urgência vital no desabafo lúcido de Darci sobre a temporalidade do reconhecimento: “É bom ser homenageado, né? Embora que muitos recebem homenagens depois que é falecido, né? Aí a pessoa nem não vai...” (Arcabouços, 2025, 48s). A memória urbana hegemônica costuma erguer estátuas *post-mortem* para seus agentes políticos, mas silencia os operários em vida. O que esses recortes orais propõem — e o que o documentário

consolida empírica e teoricamente, principalmente ao levantar os nomes citados desses outros colegas construtores, que aparecem em uma lista alfabética no final —, é a subversão irrevogável dessa lógica fúnebre. Trata-se de reconhecer a autoria da cidade enquanto as mãos que a construíram ainda estão nela, batendo a massa, enfrentando a marreta, suportando o peso e reescrevendo o traçado urbano a partir de seu inegável protagonismo.

2 O CONCEITO DE PRETÔGONISMOS URBANOS

Diante da lacuna narrativa que evidencia os denominados “artífices visibilizados / destacados / lembrados” e invisibiliza a mão de obra negra na materialização da cidade, forja-se a necessidade de um novo aporte categórico. É nesse contexto que houve a proposição do conceito “pretôgonismos urbanos” para o primeiro documentário (que logo culminou no nome do canal do YouTube que acolhe as produções audiovisuais do autor): o reconhecimento do protagonismo negro historicamente apagado na produção material e simbólica do espaço urbano.

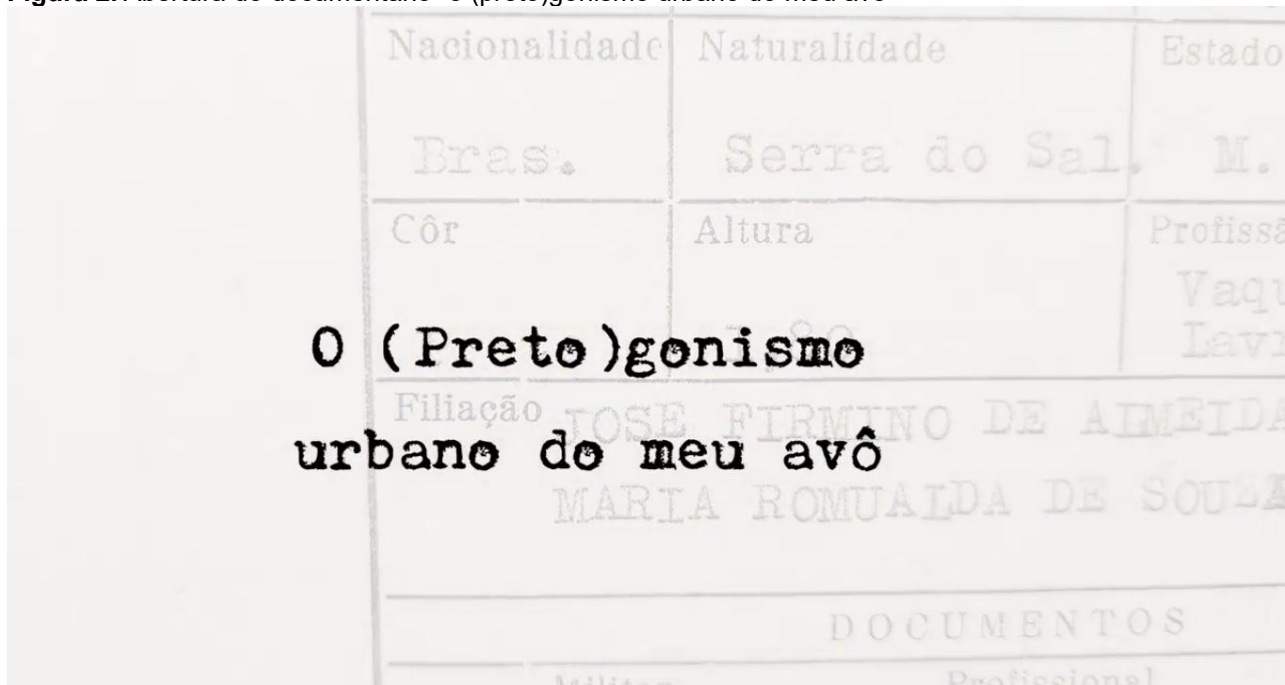
A formulação desta categoria analítica intervém diretamente em uma fissura metodológica e historiográfica crônica. O vocabulário acadêmico tradicional carecia de uma ferramenta conceitual capaz de demarcar, com exatidão, a agência e o trabalho intelectual de pedreiros, mestres de obras e operários negros na edificação material do urbano. Ao cunhar esse termo, o intuito é forjar um instrumento de ruptura epistêmica que dispense a validação por teóricos hegemônicos, alinhando-se organicamente à intelectualidade negra brasileira e à urgência política de disputar a construção discursiva histórica, não com o desejo submisso de integrar o arquivo oficial e colonial do Estado, mas para afirmar em definitivo que a oralidade, a força de trabalho e o próprio território erguido já constituem, por si só, arquivo vivo.

A criação deste termo parte dos fichamentos que o autor realizou sobre os documentos do seu avô (ainda nos primeiros meses de 2024), nas buscas incansáveis de seus arquivos trabalhistas na Prefeitura Municipal, como um primeiro gesto para situá-lo enquanto sujeito sob a perspectiva do Estado naquilo que circunscreve pequena parte da sua trajetória nessa instituição. Ao analisar o documento de “Registro Individual de Funcionário”, redigido em maio de 1973, quando deixou os serviços rurais de vaqueiro, peão e lavrador e entrou pela primeira vez na Prefeitura Municipal, percebeu-se a enorme potencialidade de sua autodeclaração no campo “Côr”. Percebeu-se, então, que havia ali uma potência enorme com esse documento, não legitimando o arquivo como fonte única e inesgotável, mas de trazê-la ao documentário como abertura, surgindo, portanto, o nome pensando em seu protagonismo no contexto urbano e rural da cidade. Foi então que o autor fez

PENSAR FORA DO EIXO

uma sobreposição da sua autodeclaração com o próprio título, de maneira que a palavra “Preto” apareceria enquanto o documento esmaeceria gradativamente para o branco, e segundos depois, o “Preto” ficaria totalmente em evidência seguido do título do documentário, como mostra a figura 2.

Figura 2. Abertura do documentário “o (preto)gonismo urbano do meu avô”



Fonte: Autor, 2025, 1min 51s.

Pretôgonismos urbanos integra um movimento mais amplo de tecnologias linguísticas de re-existência negra, configurando-se como um neologismo afro-diaspórico de caráter epistemológico. Trata-se da formulação de palavras para expressar vivências complexas que o léxico tradicional não alcança, a exemplo de escrevivência, amefricanidade, Baiafrica, Améfrica Ladina, Afrografia, Quilombismo, Dororidade, maretório e Sankofização. Soma-se a isso uma constelação de termos que utilizam o prefixo “afro” para demarcar territórios de sentido (Afrocentrismo, Afroperspectivismo, Afroterritorialidade, entre outros). A criação de palavras é, portanto, um ato político. O grande guarda-chuva teórico que legitima essa subversão da linguagem como ato de resistência é o Pretuguês, cunhado por Lélia Gonzalez (1988), que escancara a africanização fundante do nosso

PENSAR FORA DO EIXO

idioma e demonstra que a linguagem, bem como a cidade¹, também é um campo de disputas de poder.

Aprofundando a pesquisa semântica, verifica-se que variações do termo já circulavam no campo das artes e da literatura, atestando um movimento de ressignificação da palavra “protagonista”. Embora o contato com a literatura preexistente sobre a temática tenha ocorrido após a formulação do conceito, constatou-se que o artista visual Kaio Filipe Trindade Santana (2023), ao empregar a palavra pretagonismo para indicar a ascensão de pessoas pretas na história da arte no Brasil, propôs a seguinte decomposição morfológica:

Sobre a construção da palavra, bem como o desenvolvimento de seu trocadilho, entendo como sua formação morfológica: PRE-T-AGONISMO. Do latim, o radical “Pre” (que deriva da preposição latina “Prae”) = algo que veio antes, precursor. O T, seria derivado do radical latino “*prettu*” = preto. E por fim o radical grego *Agōnistas/Agonista* = 'atores, ator' ou 'competidores, competidor'. *Preta/Agonista* ou */Agonismo* = 'Aquele(a) que antecedeu, calçou, criou, movimentou uma trama, um momento, uma narrativa e que é negra ou negro.' Aqui substituo o sufixo *PRO* [...] por *PRE* [...] por acreditar que o surgimento de cultura, civilização, costumes e história tem início e dispersão a partir da comunidade negra, e ainda, para resgatar e ressignificar a contribuição preta para a contação de histórias [...] (Santana, 2023, p. 23).

Essa formulação encontra ressonância e liga-se à obra literária Pretagonismos, de Rodrigo França e Jonathan Raymundo (2022), pelo qual tomou-se conhecimento a partir do trabalho de Santana (2023), durante pesquisas para o TCC. O livro problematiza as narrativas únicas que desumanizam povos inteiros e apagam suas contribuições arquitetônicas e culturais, tal como defende Lélia Gonzalez (2020). Ao evidenciarem a colonização não apenas como negação, mas como tecnologia de invenção do “outro”, os autores asseveram:

A colonização, mais do que a negação do outro, foi uma grande tecnologia de invenção do outro. [...] A indústria colonial, para tornar possível a redução do povo africano em 'coisa-movente' e 'legitimar' o domínio dos seus territórios [...] precisou de instituições que vão desde a Igreja Católica [...] até o judiciário e as universidades, que, no século XIX, produziram o racismo científico [...]. Esta obra tem como grande compromisso ancestral a reivindicação do direito inalienável da mulher negra e do homem negro à sua escrita, à sua condição de sujeitos e de narradores de sua própria história (França; Raymundo, 2022, p. 8-10).

Alinhado a esse compromisso ancestral de reivindicação e reescrita, este trabalho busca devolver aos construtores o direito inalienável de existirem nos arquivos e de retomarem as histórias que

¹ Atentando ao que Raquel Rolnik defende que “construir cidades significa também uma forma de escrita” (Rolnik, 1995, p. 16) pelo agrupamento de elementos simples (tijolos ou letras) para criar formas mais complexas e significativas (edificações ou ideias).

PENSAR FORA DO EIXO

nunca lhes foram creditadas. O conceito de pretôgonismos insere-se nesse campo como uma proposta de virada epistemológica profunda. Embora nasça da necessidade analítica do urbanismo para transformar o operário de objeto invisível em sujeito produtor do espaço, ele se consolida como uma categoria aberta, servindo como chave interpretativa para múltiplas dimensões da experiência social negra. Trata-se de um deslocamento do eixo narrativo, reconhecendo os sujeitos das margens como o centro estruturante da cidade.

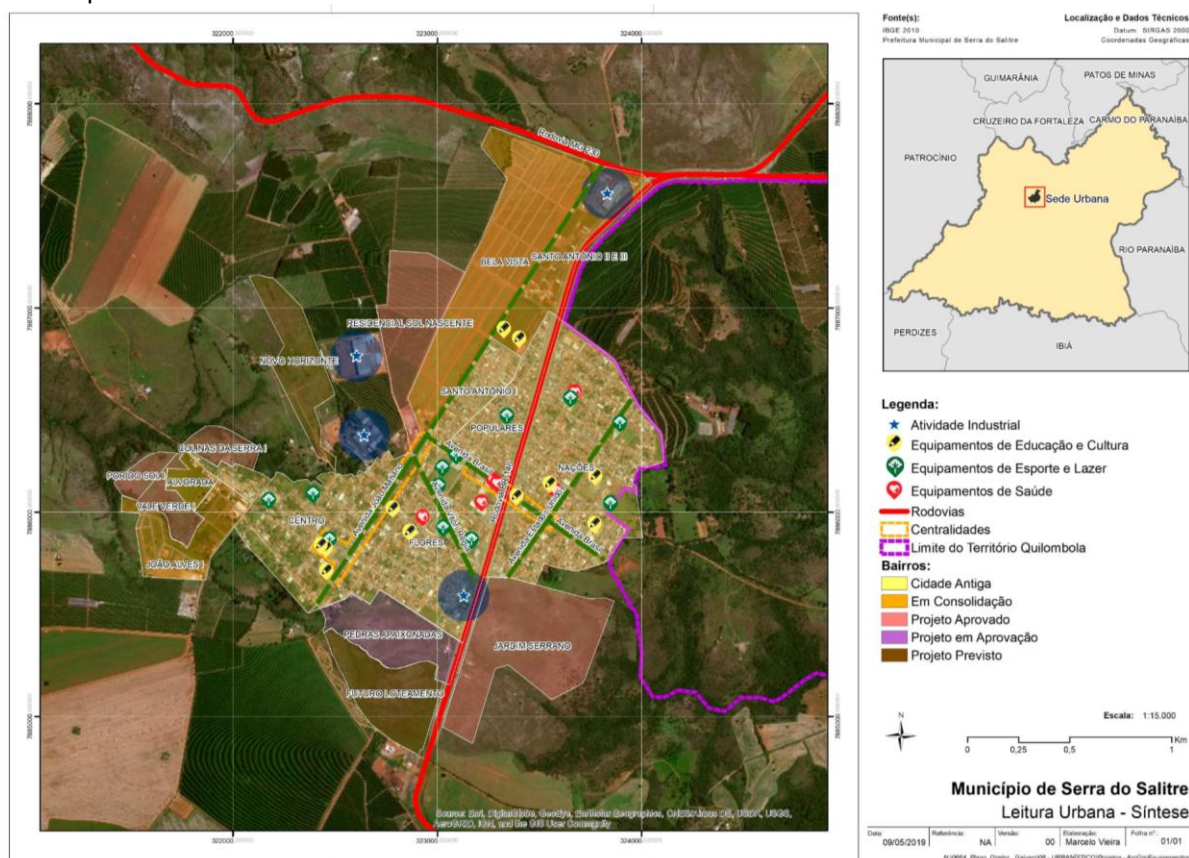
3 A CIDADE E O TERRITÓRIO EM DISPUTA: EXEMPLO EMPÍRICO

As ruas de Serra do Salitre e a memória cravada nas mãos de seus construtores fornecem a materialidade empírica para essa discussão. O próprio traçado urbano do município revela escolhas contundentes e silencia histórias fundamentais. Embora seja uma cidade de pequeno porte, com cerca de 12 mil habitantes em contexto de extrema aceleração urbanística causada pela presença de mineração, é caracterizada por vínculos sociais bastante próximos entre os moradores, e sua morfologia reflete ativamente a exclusão.

Como será perceptível na figura 3 (uma análise espacial do distrito sede, produto do diagnóstico da cidade para elaboração do Plano Diretor, publicado em 2020), a leitura atenta do mapa de síntese urbana de Serra do Salitre revela uma morfologia peculiar que amplia o conceito clássico de exclusão. Diferente de metrópoles onde as bordas são desertos de infraestrutura, o tecido urbano local apresenta uma distribuição relativamente equilibrada de polos atrativos. Observa-se que as manchas de centralidade e os equipamentos públicos fundamentais (como saúde, educação e lazer) não estão restritos à “cidade antiga”, espalhando-se de forma considerável por bairros em consolidação, como Flores, Populares e Nações. Essa descentralização aponta para uma malha urbana que consegue prover um acesso razoável a serviços básicos à maior parte de seus moradores, ainda que referente ao diagnóstico datado de 2019.

PENSAR FORA DO EIXO

Figura 3. Mapa de leitura urbana do distrito sede em 2019



Fonte: Diagonal, 2019, p. 217.

Contudo, é justamente sob essa aparente equidade infraestrutural que operam as rupturas mais profundas e silenciosas do território. A segregação no município não se dá prioritariamente pela ausência de equipamentos, mas pela imposição de barreiras físicas e simbólicas incontornáveis. A mais agressiva delas é traçada pela rodovia BR-146 que atravessa e cinde o município. A construção do viaduto sobre essa via transcende a sua função técnica de escoamento logístico para se consolidar como uma fratura urbana. O viaduto (figura 4) ergueu uma fronteira social, econômica, visual e material; onde, de forma explícita e implícita, ele dicotomiza a experiência cidadã, bloqueando a permeabilidade orgânica entre os bairros e cimentando uma paisagem onde estar “de um lado” ou “do outro” da rodovia delimita, de forma brutal, as vivências e as interações cotidianas de seus moradores.

PENSAR FORA DO EIXO

Figura 4. Vista a nível humano do viaduto em Serra do Salitre**Fonte:** Autor, 2024.

Somado a essa barreira de terra, asfalto e concreto, a própria direção do espraiamento urbano denunciada na cartografia (figura 3) opera como uma ferramenta de tensionamento fundiário e racial. Diferente do que uma leitura superficial poderia sugerir sobre o avanço da expansão e da especulação imobiliária nos diversos vetores cardeais e colaterais, a zona de conflito mais crítica se estabelece no Bairro Nações, uma área já consolidada e integrada à malha urbana. O mapa evidencia uma sobreposição direta entre o limite do Território Quilombola e o traçado deste bairro, expondo a face institucional da ocupação dessas terras.

Nesse setor específico, a máquina pública atua de forma ambígua: ao mesmo tempo em que provê equipamentos públicos essenciais (materializados na construção de uma creche municipal e de espaços de lazer e esporte, como a quadra local), o faz avançando sobre a delimitação da comunidade tradicional. Essa inscrição cartográfica comprova como o traçado urbano é constantemente reconfigurado por interesses conflitantes. Demonstra-se que o Estado atua não necessariamente negando serviços, mas utilizando a própria oferta de infraestrutura e lazer como um mecanismo de consolidação da ocupação urbana sobre territorialidades originárias negras. Trata-se de uma estratégia de apagamento espacial onde a ‘melhoria urbana’ serve para legitimar

PENSAR FORA DO EIXO

a presença da oficialidade em detrimento do direito ancestral, tensionando a existência do quilombo através do próprio concreto das instituições.

Na obra “Tempos Territoriais” (2025), produzida pelo autor e também financiada pela Lei Paulo Gustavo, dedicada aos bens patrimoniais do município, já se propunha uma leitura oposta à história oficial, inserindo as narrativas quilombolas no centro do debate sobre o patrimônio. No próprio tecido urbano, marcas materiais desse processo permanecem visíveis, como os muros de escravos — estruturas cuja origem é frequentemente questionada por parte da população local, sob o argumento de que vestígios cimentícios indicariam uma temporalidade distinta da escravidão —, tombados na esfera municipal e classificados como sítio arqueológico cadastrado no CNSA (Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos), que atravessa a cidade como testemunho silencioso de uma violência estruturante.

Acerca da delimitação da comunidade quilombola Teodoro de Oliveira e Ventura, embora a área tenha sido reconhecida formalmente pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), o processo encontra-se em um trâmite delicado no judiciário. Uma decisão judicial, tendo como proponente a Associação dos Produtores Rurais de Serra do Salitre em desfavor do Incra, permitiu que fazendeiros e agricultores permanecessem dentro da delimitação quilombola para fins de obtenção do crédito rural, até que sobrevenha a efetiva titulação da área em nome da comunidade, evidenciando as tensões pela posse. Até então, a comunidade passou pela fase do Reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares em 2008 e o processo de regularização fundiária foi aberto no Incra no mesmo ano; RTID (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação) em 2017; e pela Portaria de Reconhecimento (Incra, 2024). As etapas seguintes são a Desapropriação e Desintrusão, e a Titulação e Registro. A face mais perversa dessa disputa, no entanto, é o aval institucional para o avanço urbano sobre essas terras, inscrevendo na projeção de um novo loteamento (figura 5) e na construção já efetivada da creche municipal/poliesportivo (figura 6) dentro da área originária.

PENSAR FORA DO EIXO

Figura 5. Mapa do conflito fundiário do novo loteamento com território quilombola



Fonte: Autor, 2026.

Figura 6. Mapa do conflito de território quilombola com prédios públicos



Fonte: Autor, 2026.

PENSAR FORA DO EIXO

Questionar esses imaginários e ler as camadas invisíveis da história requer linguagens capazes de ressignificar as paisagens culturais hegemônicas. O cinema documental atua, aqui, como uma vigorosa ferramenta de análise urbana. Ao transitar pelas estradas rurais e ouvir familiares recontarem a história das grandes fazendas do entorno, evoca-se a reflexão de Saidiya Hartman sobre memória e paisagem, que aponta para a necessidade de ler as marcas da resistência, da exploração e das experiências vividas na própria paisagem natural e cultural.

Quando eu tinha uns 12 anos, ele [bisavô materno] me levou por um passeio de carro pelo interior e me contou o que ele sabia da história de nossa família na escravidão. O que ficou evidente para mim, na época, era como a escravidão ainda moldava a paisagem. Enquanto dirigia pela estrada, meu bisavô apontava para aquelas grandes fazendas de monocultura e dizia: “Essa terra era propriedade de pessoas negras, aquele campo era de uma família negra”. Ele também me contou sobre o pai dele, que tinha uma propriedade, foi assassinado e a terra foi roubada por pessoas brancas (Hartman, 2021).

As narrativas familiares e o testemunho do espaço físico reconfiguram a leitura do território, provando que o espaço urbano não é apenas desenhado, mas disputado palmo a palmo. A partir disso, aplicar a teoria na realidade concreta de Bernardo José da Silva, pedreiro da prefeitura, e dos outros seis construtores entrevistados, cujos relatos evidenciam diversos outros produtores urbanos que trabalharam juntos, transforma o operário em um documento histórico irrefutável. Argumenta-se, aqui, que a concepção de documento transcende o suporte de papel e a linguagem escrita, evidenciando que esses “documentos ambulantes” são os próprios sujeitos, que carregam suas histórias e principalmente salvaguardando a história comunitária do desenvolvimento da cidade. Suas trajetórias permitem compreender a cidade a partir da experiência material de quem a construiu. A memória dos construtores locais tensiona o discurso hegemônico e legitima-se por meio da oralidade. Com base no conceito de memória coletiva de Maurice Halbwachs (1990) e nas premissas de Ecléa Bosi (1994), a valorização dessas lembranças ressignifica o espaço urbano. Os relatos de trabalhadores braçais e idosos assumem, assim, o status de documentos válidos e subversivos, capazes de desestabilizar as certezas da municipalidade e de reinscrever os sujeitos apagados na história da cidade.

PENSAR FORA DO EIXO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar fora do eixo não é um mero exercício de deslocamento geográfico, mas uma exigência ética de deslocar o olhar e o protagonismo da narrativa para aqueles que foram historicamente posicionados nas margens. Reconhecer os pretôgonismos urbanos significa, portanto, reescrever a história da cidade a partir de seus verdadeiros agentes, assumindo-se como condição essencial para compreender as engrenagens que sustentam a produção do espaço.

Essa reflexão conduz à percepção interseccional de que a cidade opera como uma colossal máquina capitalista, cuja existência é insustentável sem a superexploração de uma mão de obra barata que, no contexto brasileiro, possui uma cor inegável. Como analisa o sociólogo Clóvis Moura (1977), no período pós-abolição, a população negra foi empurrada para a marginalidade no mercado de trabalho assalariado, transformando-se na base braçal vulnerável que ergueu os centros urbanos. A manutenção dessa vulnerabilidade ao longo dos séculos é garantida pelo racismo estrutural, conceito esmiuçado por Silvio Almeida (2019), que se infiltra nas instituições, nas práticas sociais e nos planos diretores para naturalizar o apagamento de corpos negros. Toda essa estrutura materializa perfeitamente a premissa de Angela Davis (2016) de que o racismo e o capitalismo se retroalimentam de forma simbiótica, sendo impossível decifrar o sistema moderno sem analisar profundamente essa dinâmica. A construção das cidades brasileiras, portanto, não pode ser compreendida sem reconhecer essa dimensão.

Ao propor o conceito de pretôgonismos urbanos, este artigo busca contribuir para uma reconfiguração epistemológica no campo da história e do urbanismo. A apropriação e adaptação desse conceito decolonial especificamente para o urbanismo e a arquitetura, consolida-se como uma ferramenta para transformar o operário da construção civil em sujeito central produtor do espaço. Assumir essa realidade é o primeiro passo para atribuir os devidos créditos aos verdadeiros construtores da civilização material brasileira. Mais do que simplesmente incluir novos sujeitos em antigos arquivos, trata-se de transformar o próprio modo de narrar a cidade. Afinal, a cidade não é apenas planejada em gabinetes; ela é materialmente construída. É justamente nesse gesto cotidiano, braçal e muitas vezes invisível, que se inscrevem as histórias que ainda precisam ser contadas.

Propôs-se, também, a partir desse artigo, uma dimensão crítica sobre a adoção do cinema documental como uma “tecnologia de re-existência”, utilizando a oralidade para tensionar os arquivos oficiais, trazendo os relatos individuais desses trabalhadores como parte de um mosaico

PENSAR FORA DO EIXO

que os desloca da condição de “objeto braçal” para a de “sujeito narrador”, validando saberes que a academia frequentemente ignora sob o rótulo da precariedade epistemológica. O urbanismo, portanto, enquanto campo disciplinar, deve ser compreendido como um campo de batalha onde a justiça cognitiva é a única via para o verdadeiro direito à cidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen Livros (Coleção Feminismos Plurais), 2019.

ARCABOUÇOS: a outra mão. Direção: Autor. Serra do Salitre: [s. n.], 2025. 1 vídeo documentário (66 minutos).

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2023.

CONSTRUÇÃO. Intérprete: Chico Buarque. Compositor: Chico Buarque. In: CONSTRUÇÃO. Rio de Janeiro: Philips, 1971. 1 disco vinil, lado A, faixa 4, (6m).

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAGONAL. **Diagnóstico: Leitura Técnica e Comunitária**. Plano Diretor Participativo do Município de Serra do Salitre - MG. 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. In: Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 92, n. 93, p. 69-82, (jan./jun.), 1988.

GROSSI DE OLIVEIRA, Laís. **Ativismos e a cidade**: redes de resistência na produção do urbano. Dissertação de mestrado - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HARTMAN, Saidiya. **Saidiya Hartman: ‘A história da escravidão moldou a vida de todos nós’**. Entrevista cedida a Stephanie Borges. Revista Gama, 2021. Disponível em: <https://gamarevista.uol.com.br/formato/conversas/saidiya-hartman-a-historia-da-escravidao-moldou-a-vida-de-todos-nos/>. Acesso em 29 de março de 2026.

INCRA. **Comunidade quilombola em Serra do Salitre (MG) tem território reconhecido**. Gov.br: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/comunidade-quilombola-em-serra-do-salitre-mg-tem-territorio-reconhecido>. Acesso em: 02 de abril de 2026.

PENSAR FORA DO EIXO

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace* 4º Ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. São Paulo: Editora Vozes, 2001.

MOURA, Clóvis. **O negro**: de bom escravo a mau cidadão? São Paulo: Conquista, 1977.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

O (PRETO)GONISMO URBANO DO MEU AVÔ. Direção: Autor. Serra do Salitre: [s. n.], 2025. 1 vídeo documentário (81 minutos).

PEREIRA, Gabriela Leandro. **A cidade-concha do meu avô**: microensaio sobre legado e sobre tempo. Guaicurus. – n. 5. – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Diretoria de Ação Cultural, Centro Cultural, 2022. Bianual. ISSN: 978-65-88671-00-9. Disponível em: <https://www.ufmg.br/centrocultural/wp-content/uploads/2022/07/guaicurus-digital-5-miologigital.pdf>. Acesso em 06 de abril de 2024.

PEREIRA, Gabriela Leandro; PEREIRA, Mariana Leandro. **Herança + O Fabuloso Inventário das Obras do Meu Avô**: a cidade como legado da arte de construir. Farol, [S. l.], v. 18, n. 27, p. 37–43, 2023. DOI: 10.47456/rf.v18i27.40097. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/farol/article/view/40097>. Acesso em 17 de abril de 2024.

ROBINSON, Cedric J. **Black Marxism**: the Making of the Black Radical Tradition. Chapel Hill, N.C. :University of North Carolina Press, 2000.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: FAPESP/NOBEL. 1997.

SANTANA, Kaio Felipe Trindade. **O protagonismo nas artes visuais**: representação afro-brasileira. 2023. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Artes Visuais) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Gramática do Tempo**: Para uma Nova Cultura Política (1ª edição). Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

TOMAIM, Cássio dos Santos. **Documentário, história e memória**: entre os lugares e as mídias “de memória”. Significação: Revista de Cultura Audiovisual, São Paulo, v. 46, n. 51, jan.-jun.2019, p. 114-134. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/significacao/issue/view/10968>. Acesso em 11 de dezembro de 2025.